



## Ata Nº 5

### Quadriénio 2017/2021

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, na localidade de Monte Redondo, no Salão Nobre do edifício sede da Junta de Freguesia, na presença de todos os membros da assembleia, realizou-se a reunião ordinária de funcionamento da Assembleia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, presidida por Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar. O Presidente deu as boas vindas a todos os presentes.

De seguida, colocou a votação as atas número três e número quatro. A ata número três foi aprovada por unanimidade e a ata número quatro foi aprovada com doze votos a favor e uma abstenção do senhor Márcio Marques, que não esteve presente na assembleia.

De seguida, o senhor Presidente da Mesa referiu que entregou uma revisão do documento «Caracterização da Entidade», que apresentava uma incorreção no número de eleitores.

Posteriormente, passou-se, então, ao período antes da ordem do dia.

O senhor Presidente da Assembleia referiu que o grupo do PSD não deve publicar no Facebook as convocatórias da assembleia, as quais têm a sua assinatura e o senhor Presidente não autoriza que tal suceda. Há um edital que pode ser enviado pelo senhor Presidente da Assembleia e que pode ser publicado. O senhor Presidente da Mesa referiu ainda que deveria haver algum cuidado na nomenclatura da sua página no Facebook, que começa por se intitular «Assembleia de Freguesia» e deveria primeiro identificar o partido.

Posteriormente, o senhor Renato Silva apresentou uma **Moção em nome do Grupo do PS, referente às estradas EN109 e EN109-9**, a qual se encontra anexa à ata.

O senhor Márcio Marques referiu que, estando identificados os pontos, era importante defini-los e enunciá-los e seria importante criar uma zona de circulação pedonal e para velocípedes entre a Carreira e o Paço. Apesar de haver sítios com limitações que podem ficar excluídos, não se podem condicionar os outros sítios por causa disso. O senhor Márcio considera que deverá ser recomendado que se faça uma rotunda de acesso ao Largo da Feira e às Lavegadas e na Carreira uma rotunda de acesso à zona da Carreira e Pinheiro e que deve ser contemplado o acesso à zona industrial.

A Moção foi a votação e foi aprovada por unanimidade.

Os membros do PSD apresentaram uma **Proposta de melhoria da Ligação Viária entre Carreira-Sismaria-Coimbrão (anexo à ata)**. A proposta foi a votação e foi aprovada por unanimidade.

A senhora Dulcinda Silva perguntou qual o critério de identificação dos locais prioritários para o alcatroamento. A senhora Presidente do Executivo explicou que a prioridade dos alcatroamentos tem que ver com um plafond que é disponibilizado pela Câmara Municipal. A partir desse valor, são apresentados alguns critérios prioritários da parte da Câmara, nomeadamente as



vias de ligação com outras freguesias, contemplando todos os lugares da freguesia. Depois, internamente, o executivo define alguns critérios, como dar prioridade àqueles arruamentos que ainda não tiveram pavimentação e os que têm de casos de mobilidade reduzida. Seguidamente, se ainda existir plafond, dar-se-á prioridade aos arruamentos que estejam mais danificados, contemplando todos os lugares da freguesia. A senhora Presidente do executivo referiu que as ruas em tout-venant estão a diminuir, mas há algumas que têm uma dimensão muito grande e que ainda não é possível pavimentar.

O senhor Renato Silva referiu que, no Grupo do Facebook dos elementos do PSD, existiu uma publicação, que gerou alguma controvérsia e alguns comentários, sobre o Centro de Saúde que dizia que havia falta de médicos na freguesia da União de Monte Redondo e Carreira. O senhor Renato Silva afirmou que a publicação em causa dizia que havia falta de médicos na freguesia de Monte Redondo que serve os utentes da União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira e da Freguesia da Bajouca e que pediam às entidades responsáveis a maior atenção para esta grave carência. O senhor Renato salientou que não existia falta de médicos, mas de uma médica que tinha ficado em aberto devido à saída da Dra. Inês. O senhor Renato referiu que, não sendo um grande adepto do Facebook e das redes sociais, não deixava de estar atento a algumas situações, para tentar perceber se aquilo que era dito em praça pública ou escrito correspondia efetivamente àquilo que as pessoas demonstravam no seu dia a dia, pelo que verificou que o Grupo do PSD da Assembleia de Freguesia colocou um «gosto» num comentário que incitava a que fosse chamada a televisão e que se escrevesse no livro amarelo, para resolver o problema. O senhor Renato questionou se esta seria a medida mais correta, em vez de primeiro esgotar o diálogo. Noutro comentário, o Grupo do PSD refere que a intenção da publicação é expor a realidade e chamar a atenção das entidades competentes, pois promovem a união. O senhor Renato pergunta se os membros do PSD foram aos locais próprios saber da situação em concreto ou se se dirigiram às entidades competentes para solucionar os problemas, como a ACES, que é a entidade que gere o Centro de Saúde, por exemplo. O senhor Renato critica o facto de se tentarem resolver os problemas através de publicações no Facebook, como se as entidades responsáveis pelos organismos fossem ver as publicações do PSD no Facebook e imediatamente resolveriam o problema; bem como o facto de, perante alguns comentários que conduzem a um caminho de desinformação, a postura dos membros do PSD ser de silêncio, não havendo uma tentativa de se munirem da informação sobre os assuntos, o que pode ser considerado propaganda política.

O membro Renato Silva referiu outra publicação em relação ao Pinhal de Leiria e à situação atual, considerando que a publicação na sua essência fez todo o sentido, no entanto seria importante que se informassem bem as pessoas acerca da realidade, questionando os membros do PSD se foram à CCDRC ou às Infraestruturas de Portugal apresentar uma proposta ou se ficaram à espera que estas entidades vissem o Facebook e, por si só, resolvessem o problema. Por fim, relativamente a esta



publicação, o membro Renato Silva manifesta a sua indignação face à atitude de três membros da assembleia de freguesia, que nunca fizeram nenhum comentário a informar as pessoas sobre as situações reais, o que leva à conclusão de que o objetivo é lançar o caos, sendo propaganda política.

Outra publicação referida teve que ver com a visita às futuras instalações do Motor Clube, na qual se apela à compra de um metro quadrado de relvado por vinte euros e se incita a população para que ajude esta associação. Também é feito um pedido à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia para que tenham em atenção a melhoria dos acessos ao Complexo Desportivo. No entanto, não houve o cuidado de ir à Junta de Freguesia obter informações acerca do que se tem feito ou está previsto e assiste-se impavidamente aos comentários que são feitos numa perspetiva de desinformação, correndo o risco de haver informações que não são verdadeiras e que entram em contradição.

Por fim, o senhor Renato referiu uma publicação que tem que ver com o Parque Empresarial e que acha extremamente pertinente, não concordando, do ponto de vista técnico, que se avance para um anteprojecto, sem antes ter havido um processo de expropriação ou para uma consulta pública sem o anteprojecto estar determinado, ou que se convençam empresários a investir no Parque Industrial, sem haver um projecto concreto e definido para apresentar. Também sublinha que seria importante que tivesse havido uma preocupação no sentido de perceber todos os trâmites do processo de negociação desde o seu início e que, se os membros do PSD têm uma solução tão simples como afirmam para solucionar as negociações, deveriam apresentá-la na assembleia, que é o sítio certo para o fazer.

O senhor Renato conclui chamando a atenção para a responsabilidade dos membros da assembleia de, sempre que divulgam uma informação, confirmarem a sua fidedignidade.

O senhor Vítor Tomé questionou a senhora Presidente do Executivo acerca da situação da Tribus e da reunião que teve lugar com a Rodoviária do Lis.

O membro Márcio Marques questionou se a empresa *Plásticos Santo António* sempre se instalaria para Monte Redondo e convidou o executivo a marcar uma data para apresentação do projecto da zona industrial. Questionou também a situação da conclusão do Largo da Feira e da zona envolvente e chamou a atenção para alguns alcatroamentos que têm sido realizados sem haver cuidado com o escoamento de águas nem com os acessos a caminhos e zonas onde entram tratores nas estradas, sendo que a estrada fica arranjada e pouco tempo depois o alcatrão fica todo partido.

O senhor Márcio convidou os restantes membros a criarem um grupo com um consenso alargado na definição de ideias para o Parque Industrial, com um espírito construtivo, sem partidos, na defesa da terra.

A senhora Dulcinda Silva referiu que não iria comentar as opiniões do senhor Renato Silva e que gostaria de ter as palavras ditas para análise, considerando que a sua intervenção não acrescenta nada de positivo à Assembleia.



O senhor Vitor Boiça referiu que o senhor Renato Silva tem direito às suas opiniões e que também as deveria ter escrito no Facebook.

A senhora presidente do executivo esclareceu que, relativamente aos fundos comunitários para as zonas dos incêndios, o concelho de Leiria não foi contemplado com alguns fundos comunitários, porque não teve uma área ardida que atingisse o valor referido na Resolução do Conselho de Ministros. Existem os apoios do Turismo de Portugal – Linha Valorizar- para os quais a Câmara Municipal já tem alguns projetos em curso, nomeadamente a questão da Lagoa da Ervideira. O executivo está a analisar se existem mais alguns apoios a que a Junta se possa candidatar.

Relativamente ao histórico do Parque Empresarial, foi criada uma empresa, a GestinLeiria, cujos capitais públicos eram menores. Houve várias negociações com os proprietários, foram comprados terrenos e houve dois proprietários que não chegaram a consenso com a GestinLeiria, e não se podia fazer expropriação, porque se tratava de uma entidade privada. Entretanto, como a Câmara Municipal de Leiria passou a ser a entidade envolvida, foram feitas avaliações dos terrenos que não foram negociados e todo o processo de expropriação está terminado e os proprietários já foram notificados. Após a resposta dos proprietários, se não chegarem a consenso, o processo será entregue em mãos ao senhor Secretário de Estado das Autarquias, visto que, sendo um processo de expropriação, tem de ser aprovado pela Secretaria de Estado da Administração Local. Após a saída do despacho, é feito o depósito do valor, e podem continuar as obras. O proprietário poderá, em tribunal, vir a ser ressarcido de mais valor.

No que concerne à questão das infraestruturas da zona industrial, a senhora Presidente, Céline Gaspar, informou que o projeto está a ser realizado, verificando-se, nomeadamente, a necessidade de terrenos que ainda não estejam comprados ou a construção de uma rotunda na EN109, na zona entre o Restaurante Bom Papo e o cruzamento da Ribeira da Bajouca.

Relativamente à questão da empresa *Plásticos Santo António*, o projeto está na Câmara Municipal, havendo a possibilidade, face a uma tentativa de negociação, de que as suas instalações passem para o Parque Empresarial.

No que se refere à marcação de uma data para a apresentação do Parque Empresarial, é preciso que as coisas estejam devidamente fundamentadas para o poder fazer, mas ainda não há informações suficientes, havendo ainda a possibilidade de vir um grupo espanhol para o Parque.

Quanto ao Largo da Feira, assim que termine a Feira do dia 29 de abril, irá iniciar-se a pavimentação. Houve algumas limitações no que concerne às condições meteorológicas e ainda não foi possível a sua conclusão, o que também condicionou as obras em frente ao Cemitério.

Quanto à questão das pavimentações e das águas pluviais, neste momento, as novas pavimentações contemplam muito mais coletores pluviais e a questão dos passeios também está a ser considerada.



A senhora presidente referiu ainda que agradece as informações que possam chegar ao executivo acerca de necessidades que detetem.

Em relação ao Centro de Saúde, a senhora Presidente explicou que existe um número residual de utentes sem médico de família, tendo sido colocada provisoriamente uma médica para substituição da Dra Inês Pinto. O Centro de Saúde de Monte Redondo é a sede da Unidade de Saúde de Cuidados Personalizados, pelo que nunca fecha e não pode ficar sem médico. Os polos do Coimbrão, da Bajouca, de Monte Real e Carvide é que podem sofrer, se faltarem médicos, enfermeiros ou assistentes técnicos na sede. No entanto, a carência maior que existe é de assistentes técnicos na sede para manter o horário das 8h00 às 20h00, pelo que têm de vir dos polos.

O senhor Vítor Boiça perguntou se a Junta de Freguesia poderia colocar um assistente técnico no Centro de Saúde para colmatar as faltas, durante os períodos em que haja essa necessidade.

A senhora Presidente explicou que já houve uma proposta de a Junta de Freguesia colocar um enfermeiro ou um assistente, no entanto, tal não é possível, de acordo com a resposta da ACES, devido à confidencialidade a que estão sujeitos os funcionários do Centro. Em tudo o que diz respeito ao Posto Médico, a Junta de Freguesia tem estado sempre disponível para resolver os problemas que vão surgindo, tendo, por exemplo, assumido a residência do médico cubano que esteve no Centro através de um acordo entre o Governo Português e o Governo Cubano.

A grande vontade das entidades é que este Centro se torne uma Unidade de Saúde Familiar e o executivo está a estudar essa situação e a tentar que se tenha um melhor serviço de saúde, nomeadamente através do estudo das capacidades físicas do edifício e da instalação de um elevador, que terá de ser exterior.

De seguida, passou-se à inscrição dos membros para intervirem no final da discussão dos pontos da ordem do dia.

De seguida, passou-se ao cumprimento da ordem de trabalhos.

**Ponto 1. Regimento da Assembleia – apreciação e votação nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.**

Os membros da assembleia discutiram duas propostas de regimento para a Assembleia de Freguesia, havendo dois pontos que constituíram uma divergência entre os membros da Comissão criada para o efeito.

No ponto trinta e seis, o grupo do PS, na alínea cinco, defendeu que «As sessões da Assembleia serão gravadas para apoio administrativo para a elaboração das atas e unicamente para esse efeito, sendo destruídas após a aprovação da ata.»; o grupo do PSD acrescentou uma alínea seis, para eliminar a cinco, referindo que «As sessões da Assembleia serão gravadas para apoio administrativo, conservação e arquivo.».



Os membros do PS fizeram a seguinte declaração de voto: “Regimento da Assembleia de Freguesia – Artigo 36º - Com base num pedido de esclarecimento feito à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) pertencente ao Ministério do Planeamento e Infraestruturas, tendo em conta que «A lei prevê unicamente a ata escrita como instrumento jurídico de preservação para memória futura do teor dos trabalhos dos órgãos colegiais.», os membros do PS consideram que a gravação de som das sessões da Assembleia de Freguesia se justifica apenas como apoio administrativo à elaboração da ata, sendo destruída logo após a aprovação da mesma.

Assim, «não sendo prevista na lei a possibilidade de gravação (de som ou de som e imagem [vídeo]) das sessões da assembleia de freguesia, é, então de entender, para que ela possa ter lugar, que, no mínimo, seja prevista e especificamente regulada no Regimento da Assembleia de Freguesia», o que vai ao encontro da presente proposta. Não se vê necessidade de arquivar as gravações, na medida em que a ata é o documento final de que resultam essas gravações e, como citado anteriormente, «o único instrumento jurídico de preservação para memória futura do teor dos trabalhos colegiais».”.

Os membros do PSD também apresentaram uma declaração de voto, que se encontra anexa à presente ata, na qual referem que consideram que «há enquadramento legal para a gravação e arquivo das atas, pelo que mantêm a sua proposta».

A propósito deste facto, surgiu uma discussão, na medida em que o Grupo de Trabalho criado para a elaboração do regimento era constituído por três membros que representavam o Partido Socialista e três membros que representavam o Partido Social Democrata. Os membros do PSD não concordaram que tivesse havido uma posição conjunta dos membros do PS, embora a posição por eles defendida fosse igualmente tomada em conjunto. O que aconteceu é que na Assembleia só estão representados três elementos do PSD, enquanto do PS são seis. Assim, os três membros do PS, conforme foi referido pelo senhor Presidente da Assembleia, levaram para o Grupo de Trabalho a posição com a qual todos os membros do PS concordavam, conforme está espelhado na declaração de voto acima transcrita. A senhora Ana Carla Gomes reiterou a ideia de que, se havia três pessoas a defender uma coisa e outras três a defender outra, no grupo de trabalho, a melhor forma de resolver a divergência era levar a votação as duas propostas na Assembleia de Freguesia, local certo para o fazer, conforme concordaram os membros Renato Silva, Vítor Tomé e Paulo Gaspar.

Após a discussão, foi a votação a proposta de regimento, com a alínea cinco e outra com a alínea seis.

O regimento com a alínea cinco foi aprovado com seis votos a favor dos membros Ana Carla Gomes, Lino Loureiro, Renato Silva, Isabel Ferreira, Paulo Gaspar e Vítor Tomé e três votos contra dos membros Dulcinda Silva, Márcio Marques e Vítor Boiça.



Após a votação, o senhor Vítor Tomé sugeriu que se entregasse uma cópia do regimento a cada membro da Assembleia de Freguesia.

**Ponto 2. Relatório da Presidente da Junta sobre a atividade da Junta de Freguesia e Situação Financeira – Apreciação nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.**

Respondendo à questão colocada pelo senhor Vítor Tomé e partilhada pelo senhor Márcio Marques sobre o funcionamento do Tribus, a senhora Presidente explicou que foi feita uma avaliação e verificou-se que a utilização do Tribus é diminuta, sendo a taxa de utilização em média de dez a quinze pessoas por mês. No entanto, vai ao encontro daquilo que é a utilização deste tipo de transporte a nível nacional, pelo que foi consensual que se deve manter o serviço, tendo sido também consensual que se devem alterar algumas condições, nomeadamente o horário de pedido, que, atualmente, só pode acontecer entre as nove horas da manhã e as treze horas, o que se torna um constrangimento, visto fazer com que as pessoas tenham de decidir as suas viagens com quase vinte e quatro horas de antecedência. O executivo da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira propôs que houvesse um alargamento do horário de marcação e de utilização, sugerindo que as marcações fossem feitas para a Junta de Freguesia, que, no final de cada dia, enviaria os pedidos por correio eletrónico para a Rodoviária. A empresa está a analisar a situação e o executivo encontra-se a aguardar a resolução.

A senhora Presidente do executivo informou que a divulgação do serviço continua a ser feita e solicita a colaboração de todas as pessoas para ajudarem a fazer essa divulgação, principalmente junto da população mais idosa. Referiu ainda que este tipo de transporte a pedido só existe no norte do concelho de Leiria e que deve ser mantido, visto ser importante para aqueles que não têm outro meio de se deslocarem.

**Ponto 3. Documentos da Prestação de Contas da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira referente ao exercício de 2017 – Apreciação e votação nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.**

A senhora presidente explicou os documentos em apreciação, explicando que no ano económico 2017 se verificou um saldo de gerência de 12.816,62 euros, sendo que 11.290,69 euros diziam respeito a saldo pertencente à Junta de Freguesia e 1525,93 euros diziam respeito às Operações de Tesouraria que são dinheiros que é preciso entregar às Finanças, à Segurança Social, entre outros. Essa verba foi a que transitou de 2016 para 2017, ano no qual a receita perfez um total de 808.738,98 euros e a despesa paga soma um total 800.667,67 euros, o que significa que, para a gerência seguinte, o que transitou de 2017 para 2018 foram 20.705,47 euros, sendo que 19.362,00 dizem, de facto, respeito à verba da Junta de Freguesia e 1343,47 euros aos valores que têm de ser entregues às entidades. Há uma execução na ordem dos 90%, quer da receita, quer da despesa. Tendo em consideração as obras existentes, transitou-se com dívidas a terceiros no valor de 68.015,



12 euros, o que tem que ver com o mapa de pagamentos do concurso público, dizendo respeito a investimento e a valores correntes como luz e água, cujos débitos diretos só saíam em janeiro.

O ponto foi aprovado com seis votos a favor dos membros Ana Carla Gomes, Lino Loureiro, Renato Silva, Isabel Ferreira, Paulo Gaspar e Vítor Tomé e três abstenções dos membros Dulcinda Silva, Márcio Marques e Vítor Boiça.

**Ponto 4. Inventário da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira 2017-  
Apreciação nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 9º do Anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.**

O membro Márcio Marques referiu que, quando se referem terrenos, gostaria de apreciar os detalhes, pelo que a senhora Presidente disse que estaria disponível para fornecer mais informações, caso fossem solicitadas, visto o documento apresentado ser o que é obrigatório por lei levar ao conhecimento da Assembleia de Freguesia.

**Ponto 5. Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da Educação a estabelecer com a Câmara Municipal de Leiria- Apreciação e votação nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro.**

A senhora presidente explicou o documento, que prevê uma verba específica para obras na escola básica da Carreira, nomeadamente um recinto coberto e para colocação de um equipamento infantil no Centro Escolar de Monte Redondo, para dar resposta a um pedido na Assembleia dos Pequenos Deputados, do ano anterior. A aprovação referida neste ponto depende da aprovação da Assembleia Municipal. O senhor Márcio Marques perguntou se na Carreira havia quadros interativos, ao que a senhora presidente respondeu que existe um.

O ponto foi colocado a votação e foi aprovado por unanimidade.

**Ponto 6. Modificação aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para a Gestão e Manutenção dos Pavilhões Desportivos Municipais – Apreciação e votação nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro.**

A senhora Presidente do Executivo, Céline Gaspar, explicou que desde 2014 que existe um contrato de gestão e manutenção do Pavilhão Desportivo Municipal da Carreira, o qual contemplava a questão da atribuição de uma direção técnica para os Pavilhões, obrigatória por lei. Na altura, a Câmara Municipal assumiu que iria fazer essa direção técnica, mas houve uma alteração a essa cláusula, que refere que a direção técnica passa a ser da responsabilidade de quem faz a gestão e a manutenção e é dado um valor de mil euros por ano para o efeito. O diretor técnico tem de fazer uma vistoria ao pavilhão, verificando os equipamentos, pelo que, não sendo um trabalho que exija permanência, pelo que pode haver uma avença. Neste caso, só é necessário um diretor técnico para os horários para além das 17h30, porque, entre as 8h00 e as 17h30m, o pavilhão é utilizado pela escola.





A senhora Presidente referiu ainda outra questão: não estava considerada a aquisição de equipamentos desportivos e passou a estar incluída nos seis mil euros atribuídos, os quais são pagos apenas mediante a apresentação de fatura. Esta votação fica igualmente dependente da aprovação em Assembleia Municipal.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

**Ponto 7. II Revisão ao Orçamento 2018 - Apreciação e votação nos termos da alínea a) do nº 1 artigo 10º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.**

A senhora presidente do executivo explicou o documento, referindo que parte da revisão tem que ver com os contratos referidos nos pontos anteriores, uma vez que há um aumento da receita, tem que haver uma alteração ao Orçamento. O executivo fez uma candidatura a um apoio do Turismo de Portugal, para o evento «Fesmonte», pelo que se inclui no Orçamento essa receita. Além disso, os contactos que têm sido estabelecidos permitem ao executivo considerar um aumento na receita que estava inicialmente prevista.

Há outra questão que tem que ver com o facto de uma das rubricas já ter ultrapassado o valor que estava previsto e que tem que ver com reposições não abatidas nos pagamentos, ou seja, com notas de crédito que vêm do ano anterior, cujos valores são recebidos no presente ano.

Outro aspeto refere-se aos serviços desportivos e aos cemitérios, cujo orçamento está um pouco acima, pelo que se reforçaram essas rubricas.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

**Ponto 8. II Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2018 - Apreciação e votação nos termos da alínea a) do nº 1 artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.**

A senhora presidente do executivo explicou o documento, que teve de ser alterado devido aos contratos referidos anteriormente.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

Terminada a ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao público.

O senhor Daniel Francisco elogiou o investimento que tem sido feito na união das freguesias, mas realça que o lugar sede da freguesia tem ficado para trás e que é a altura de se olhar para os arruamentos dentro do lugar de Monte Redondo que há muitos anos que não são objeto de intervenção nem por parte da Junta de Freguesia nem por parte da Câmara Municipal.

A senhora Goreti Pedrosa referiu que já há algum tempo que pediu um alcatroamento para uma rua confinante com a Rua do Lagar, no Paço, onde mora um senhor que está em cadeira de rodas e que só consegue sair de casa porque alguém fez lá uma rampa e só o consegue com a ajuda de terceiros.

O senhor Rogério Santos perguntou quando é que se irão limpar as ruas na Carreira e o Parque de Merendas.



A senhora presidente explicou que, relativamente à questão colocada pelo senhor Daniel Francisco, está nos planos do executivo uma intervenção na Rua da Estação, para 2019. O executivo também tinha previsão de inserir a Rua das Eiras, mas requer um investimento grande em águas pluviais e não se consegue encaixar nos valores previstos. O executivo está, também, a aguardar uma resposta da Fundação Bissaya Barreto, relativamente à possibilidade de tornar público o caminho junto ao Centro de Saúde.

Relativamente à questão da senhora Goreti Pedrosa, a senhora presidente da Junta explicou que já lhe tinha sido dada a informação de que a Junta ia fazer esse pavimento, quando se der a retoma das pavimentações de 2017 por parte do empreiteiro que ficou com as ruas no Paço, nomeadamente a Rua da Pontinha e a Travessa dos Armindos. Presentemente, o executivo está a tentar encontrar os proprietários confinantes para alargar a rua onde mora o senhor com mobilidade reduzida, mas entretanto dar-se-á início à pavimentação, que esteve suspensa por causa da chuva. A empresa que ganhou esse concurso público é a mesma que está a pavimentar o recinto da Feira dos 29.

No que concerne à limpeza do Parque de Merendas, esta foi feita recentemente. Em relação à limpeza das ruas, a senhora presidente referiu que ela é precisa em toda a freguesia e não se pode ir a todo o lado ao mesmo tempo. Existe uma necessidade de corte de erva e da limpeza das valetas, que já se fez na Ribeira da Bajouca, Santo Aleixo, Paço e Fonte Cova e irá continuar-se consoante a disponibilidade dos meios materiais e humanos da Junta de Freguesia e também se está a tentar mudar a forma como se limpam as valetas, colocando uma peça no trator que não estrague os muros e torne a limpeza mais fácil de executar.

A senhora Isabel Ferreira perguntou se a limpeza urbana da Rua Principal da Carreira é feita pela empresa da Câmara e referiu que as sarjetas estão cheias de areia. A senhora Presidente respondeu que a limpeza urbana feita pela Câmara leva a que a areia vá para dentro das sarjetas e que o executivo iria tomar boa nota da situação e verificar o que se passava.

De seguida, foi elaborada uma minuta da sessão, a qual foi aprovada por unanimidade.

A senhora presidente do Executivo convidou todos os presentes a assistirem a um concerto da Filarmónica da Maceira no Centro de Escolar de Monte Redondo, no dia 29 de abril, às 16h no âmbito de vários concertos que as Filarmónicas estão a fazer no concelho.

O Presidente da Mesa deu assim por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos secretários.

~~O Presidente da Assembleia~~

(Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar)



A Primeira Secretária

(Ana Carla Marques Pereira Gomes)

O Segundo Secretário

(Lino Loureiro)